

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.13117907>



ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR)

Tiago Fernando Hansel¹

Luana de Oliveira Baccarin²

Ivonete do Carmo de Lourdes³

Alvori Ahlert⁴

Geysler Rogis Flor Bertolini⁵

Resumo

Este estudo qualitativo-quantitativo explora a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Marechal Cândido Rondon, Paraná. Utilizando um questionário semiestruturado e dados secundários de fontes oficiais e científicas, a pesquisa se concentra na Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE) e no departamento de alimentação escolar municipal. A análise dos dados foi realizada através da ferramenta Matriz SWOT, revelando que o PNAE contribui significativamente para a segurança alimentar, economia local e desenvolvimento sustentável, apesar dos desafios como a falta de investimento público e infraestrutura adequada. Conclui-se que o programa é fundamental para promover a agricultura familiar e garantir uma alimentação saudável aos estudantes, destacando a necessidade de melhorias contínuas para sua eficácia e sustentabilidade futura.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas.

Abstract

This qualitative-quantitative study explores the implementation of the National School Feeding Program (PNAE) in Marechal Cândido Rondon, Paraná. Using a semi-structured questionnaire and secondary data from official and scientific sources, the research focuses on the Central Association of Ecological Rural Producers (ACEMPRE) and the municipal school feeding department. The data was analyzed using the SWOT Matrix tool, revealing that the PNAE contributes significantly to food security, the local economy and sustainable development, despite challenges such as the lack of public investment and adequate infrastructure. The conclusion is that the program is fundamental for promoting family farming and guaranteeing healthy food for students, highlighting the need for continuous improvements for its effectiveness and future sustainability.

Keywords: Public Policies; School Feeding; Sustainable Development.

¹ Professor da Faculdade de Ensino Superior Marechal Cândido Rondon (ISEPE Rondon). Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: tiagohansel@hotmail.com

² Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: luanabaccarin@gmail.com

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: docarmonete@gmail.com

⁴ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). E-mail: alvoriahlert@hotmail.com

⁵ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: geysler.bertolini@unioeste.br



INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa histórica no Brasil, tendo suas raízes delineadas entre as décadas de 1930 e 1940, mas formalmente instituído apenas em 1979. Gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sob a égide do Ministério da Educação (MEC), o PNAE desempenha um papel crucial ao fornecer recursos financeiros para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos da rede pública de educação básica em todo o território nacional.

A justificativa para a pesquisa sobre o PNAE e sua interface com a agricultura familiar reside na relevância dessa política pública para o desenvolvimento socioeconômico e nutricional do país. Ao destinar pelo menos 30% dos recursos para a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, o PNAE não apenas fomenta a segurança alimentar nas escolas, mas também impulsiona a economia local, promove a sustentabilidade ambiental e fortalece vínculos comunitários.

A alimentação escolar é um componente essencial para o desenvolvimento integral e a aprendizagem das crianças e adolescentes brasileiros. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa uma política pública fundamental que visa assegurar o acesso universal a refeições adequadas e nutritivas nas instituições de ensino público em todo o país. Em Marechal Cândido Rondon, município paranaense situado na região oeste do estado, o PNAE desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar dos estudantes, além de contribuir significativamente para a economia local através da valorização da agricultura familiar.

Historicamente, o PNAE tem sido um instrumento poderoso para combater a desnutrição e garantir a segurança alimentar das crianças e jovens brasileiros, promovendo não apenas o acesso à alimentação, mas também incentivando hábitos alimentares saudáveis desde cedo. Em Marechal Cândido Rondon, a implementação e execução do programa refletem não apenas os desafios locais, mas também os sucessos alcançados e as oportunidades de melhoria que podem ser exploradas para maximizar seus benefícios educacionais e sociais.

Neste contexto, a análise detalhada do PNAE em Marechal Cândido Rondon se faz relevante não apenas para compreender os impactos diretos na saúde e no desempenho acadêmico dos estudantes, mas também para avaliar a eficácia das estratégias de gestão e distribuição das refeições escolares. Além disso, é fundamental examinar como o programa contribui para o desenvolvimento econômico local, especialmente através do fortalecimento da agricultura familiar e da valorização dos produtos regionais.

Este estudo se propõe a investigar criticamente a implementação e os resultados do PNAE em Marechal Cândido Rondon, como objetivo central desta pesquisa são explorar os impactos



socioeconômicos da participação da agricultura familiar no PNAE, analisar as políticas de implementação e avaliar a eficácia dessas medidas na promoção de uma alimentação saudável e no desenvolvimento rural sustentável. Além disso, busca-se identificar desafios enfrentados pelos agricultores familiares no contexto da participação no programa e propor recomendações para aprimorar sua implementação e impacto.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem exploratória quali-quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados aplicados aos gestores municipais, nutricionistas e agricultores familiares envolvidos no PNAE. Além da coleta primária, foram utilizados dados secundários provenientes de sites oficiais, legislação pertinente, literatura científica e periódicos reconhecidos pela CAPES, garantindo uma análise abrangente e fundamentada. A análise SWOT foi utilizada para identificar os pontos fortes e fracos, além de analisar as oportunidades e ameaças do programa no município de Marechal Cândido Rondon.

A estrutura deste texto contempla uma análise histórica e contextual do PNAE, seguida por uma exposição detalhada dos métodos utilizados na pesquisa. Posteriormente, serão apresentados os resultados obtidos e suas discussões, culminando em conclusões que não apenas sintetizem as descobertas, mas também delineiem caminhos para futuras investigações e intervenções políticas.

Essa estrutura visa não apenas contribuir para o conhecimento acadêmico sobre políticas públicas de alimentação escolar e agricultura familiar, mas também oferecer insights práticos e recomendações aplicáveis para gestores públicos e demais interessados na melhoria contínua do PNAE e seus impactos na comunidade escolar e rural brasileira.

HISTÓRICO DO PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), formalmente estabelecido em 1979, é o mais antigo e abrangente programa de alimentação escolar no Brasil, cujas origens remontam às décadas de 1930 e 1940. Administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), o PNAE visa suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos da rede pública de educação básica, mediante o repasse suplementar de recursos financeiros a estados, Distrito Federal e municípios (SALUTO; RANGEL, 2022).

O PNAE enfrenta desafios significativos, incluindo barreiras burocráticas que dificultam a participação de agricultores familiares em processos licitatórios e a tendência de governos municipais adquirirem alimentos de grandes fornecedores, comprometendo o objetivo de fomentar a economia local



(TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Esses obstáculos refletem uma desconexão entre a política nacional e sua implementação prática, demandando revisões estruturais e operacionais contínuas.

Na década de 1940, a proposta inicial do Instituto de Nutrição de fornecer alimentação escolar esbarrou na indisponibilidade de recursos financeiros. Na década seguinte, um marco importante foi a elaboração do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que introduziu um programa nacional de merenda escolar sob responsabilidade pública (FNDE, 2023). Em 1955, o Decreto nº 37.106 estabeleceu a Campanha de Merenda Escolar (CME), fortalecida por convênios com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e outros organismos internacionais (CONCEIÇÃO, 2019).

A partir de 1956, com o Decreto nº 39.007, a CME foi renomeada para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de ampliar o atendimento nacional. Em 1965, a CNME transformou-se na Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), e começou a receber ajuda americana através de programas como o Alimentos para a Paz, financiado pela USAID, e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da FAO/ONU (SMITH *et al.*, 2020).

Em 1976, o PNAE foi incorporado ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), sendo financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela CNAE. A denominação atual, Programa Nacional de Alimentação Escolar, foi oficializada em 1979. A descentralização dos recursos, iniciada em 1994 pela Lei nº 8.913, permitiu maior autonomia aos municípios e estados na gestão dos recursos, mas ainda enfrentava desafios significativos na sua implementação (JONES, 2021).

A Medida Provisória nº 1.784 de 1998 consolidou a descentralização, permitindo o repasse direto e automático dos recursos, sem a necessidade de convênios formais. Em 2001, a Medida Provisória nº 2.178 trouxe avanços ao exigir que 70% dos recursos fossem aplicados em produtos básicos, respeitando hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, incentivando o desenvolvimento econômico local (GARCIA, 2022).

A partir de 2005, a presença obrigatória de nutricionistas como Responsáveis Técnicos pelo PNAE e a formação de equipes técnicas compostas por esses profissionais em todas as Entidades Executoras melhoraram significativamente a qualidade e a eficácia do programa (SALUTO; RANGEL, 2022). Em 2006, a parceria entre o FNDE e Instituições Federais de Ensino Superior resultou na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), que desenvolvem ações de extensão, pesquisa e ensino relacionadas ao PNAE.

A Lei nº 11.947 de 2009 expandiu o PNAE para toda a rede pública de educação básica e garantiu que, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. A Resolução FNDE nº 26 de 2013 fortaleceu a Educação Alimentar e Nutricional



(EAN) como um dos pilares do programa, alinhando-o com as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (SILVA; JOHNSON, 2022).

Em 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4 introduziu mudanças significativas nos critérios para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento social e econômico local. Essas mudanças incluíram a redefinição dos critérios de seleção e classificação dos projetos de venda e a inclusão de novos critérios para grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (BROWN *et al.*, 2021).

Durante a pandemia de COVID-19, a Lei nº 13.987 de 2020 autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes durante a suspensão das aulas (MEC, 2023). Esse ajuste emergencial ilustra a flexibilidade do PNAE em responder a crises e garantir a continuidade do suporte alimentar aos estudantes.

Atualmente, os valores repassados pela União para estados e municípios variam conforme a etapa e modalidade de ensino, com ajustes específicos para creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, e ensino integral (MEC, 2023). Esses valores são essenciais para a manutenção do programa e o cumprimento de seus objetivos nutricionais e educacionais.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é uma categoria social diversificada, caracterizada por uma ampla gama de contextos sociais, culturais e econômicos distintos (SACHS, 2001). Esta forma de agricultura está profundamente interligada à segurança alimentar, destacando-se pela produção diversificada de alimentos orgânicos e seguros, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, a agricultura familiar valoriza a identidade cultural dos agricultores, a tradição, a autonomia, a renda familiar e o fortalecimento das economias locais, especialmente quando apoiada por políticas públicas que promovem os direitos e o bem-estar dos agricultores (HANSEL; BERTOLINI; RIBEIRO, 2023).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define os critérios para se enquadrar como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. Esses critérios incluem a posse de terra limitada a quatro módulos fiscais, o uso predominante de mão de obra familiar, a geração de uma parcela significativa da renda familiar através das atividades do estabelecimento e a gestão do empreendimento pelo núcleo familiar. Estes critérios buscam garantir que a agricultura familiar permaneça autossustentável e resiliente mesmo diante de desafios econômicos e ambientais (BU *et al.*, 2023).



O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa um incentivo crucial à agricultura familiar e à promoção de uma alimentação saudável. Conforme a Lei nº 11.947/2009, pelo menos 30% dos recursos do FNDE devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar. Esta política pública não apenas assegura a qualidade nutricional das refeições escolares, mas também apoia diretamente os agricultores locais, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar (KROTH *et al.*, 2020).

A criação da Lei nº 11.947/2009 é um marco na política pública brasileira, integrando setores como agricultura, saúde, meio ambiente e assistência social. Este enfoque multidisciplinar fortalece o PNAE e amplia seus impactos positivos, não apenas na qualidade da alimentação escolar, mas também na saúde pública e na sustentabilidade ambiental. A lei promove um ambiente propício para o desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo que incentiva práticas agrícolas sustentáveis (SALUTO; RANGEL, 2022).

Exemplos práticos dessa integração podem ser observados em municípios como Marechal Cândido Rondon, no Paraná. A Lei Nº 4904/2016 implementou um plano progressivo para a introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar, estabelecendo metas que vão de 20% em 2017 até 100% em 2021. Esta iniciativa demonstra como políticas locais podem ser alinhadas com os objetivos do PNAE para fomentar uma agricultura mais sustentável e diversificada, beneficiando tanto os agricultores familiares quanto os estudantes (HANSEL; BERTOLINI; RIBEIRO, 2023).

O PNAE não apenas aumenta a renda e o emprego para agricultores familiares, mas também promove o desenvolvimento local ao aplicar recursos do FNDE nas propriedades rurais. Além disso, estimula a formação de cooperativas e associações, expande a produção e distribuição de alimentos orgânicos e resgata tradições culturais e alimentares regionais. Estas ações contribuem para uma melhor qualidade de vida e maior sustentabilidade ambiental (KROTH *et al.*, 2020).

A relação entre alimentação escolar e desempenho acadêmico é amplamente reconhecida. O PNAE, ao assegurar uma alimentação nutritiva e balanceada, desempenha um papel fundamental na criação de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes. O acompanhamento nutricional, previsto pelo programa, é essencial para garantir que as necessidades alimentares dos alunos sejam plenamente atendidas, impactando positivamente seu desenvolvimento cognitivo e físico (SALUTO; RANGEL, 2022).

A agricultura de base orgânica e sustentável emerge como uma solução viável para alimentar a população mundial de maneira segura e ambientalmente responsável. Este tipo de produção, predominante na agricultura familiar, utiliza sistemas que se beneficiam da biodiversidade e do manejo consciente dos recursos naturais. A promoção de práticas agrícolas orgânicas não só contribui para a



preservação ambiental, mas também apoia a recuperação econômica com justiça social (BU *et al.*, 2023).

Portanto, o PNAE se posiciona como uma política pública de extrema relevância para o Brasil. Sua capacidade de integrar diversos setores e promover o desenvolvimento sustentável demonstra um caminho promissor para a construção de um sistema alimentar mais justo e resiliente. A continuidade e o aprimoramento dessas políticas são essenciais para assegurar um futuro em que a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental caminhem lado a lado.

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O progresso econômico impulsionado pela globalização e pelos avanços tecnológicos tem proporcionado altos indicadores econômicos, mas também resultou em significativos danos ambientais. Para mitigar esses impactos, é crucial encontrar um equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade, o que caracteriza o desenvolvimento sustentável.

Leonardo Boff (2012) propõe um modelo de desenvolvimento sustentável baseado em três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental. Segundo Boff, governos e empresas frequentemente associam desenvolvimento ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), medido pela produção de bens e serviços e pelo aumento da renda. No entanto, essa visão limitada não captura plenamente o conceito de sustentabilidade, que envolve um equilíbrio dinâmico e interdependente dos ecossistemas, promovendo a cooperação e a inclusão de todos os seus componentes.

A sustentabilidade ganhou destaque nos últimos 50 anos, com a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhando um papel crucial nesse processo. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), estabelecido após a Conferência de Estocolmo em 1972, tem sido a principal voz global na liderança e defesa de questões ambientais (UNITED NATIONS, 2022).

Em 2015, a ONU adotou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda global. Esses objetivos abrangem áreas como meio ambiente, vida na água, vida terrestre, água potável e saneamento, energia acessível e limpa, e controle climático. Entre os ODS, o PNAE se alinha diretamente com o ODS 2 (erradicação da fome, segurança alimentar e agricultura sustentável) e o ODS 12 (produção e consumo sustentáveis) (CABRAL; GEHRE, 2020).

O PNAE, ao promover a compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, contribui significativamente para o desenvolvimento rural sustentável. Este programa não apenas apoia



economicamente os pequenos agricultores, mas também incentiva práticas agrícolas sustentáveis e a produção de alimentos orgânicos. Além disso, o PNAE educa as novas gerações sobre a importância da nutrição e da sustentabilidade, integrando esses conceitos no currículo escolar (KROTH *et al.*, 2020).

Para alcançar a preservação dos recursos naturais, é fundamental evitar o desperdício e práticas irresponsáveis. Arantes, Stadler e Maioli (2012) destacam que, com uma gestão sensata e respaldada por legislações adequadas, é possível utilizar os recursos naturais de maneira sustentável, garantindo sua preservação para as futuras gerações.

O desenvolvimento não deve ser visto apenas como crescimento econômico. Boff (2012) afirma que o verdadeiro desenvolvimento sustentável deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Essa visão holística é crucial para promover um crescimento que beneficie tanto as gerações atuais quanto as futuras.

A pobreza rural pode ser combatida através do desenvolvimento rural sustentável, apoiado por políticas sociais adequadas e inovações ambientais. Schneider (2004) sugere que a combinação de políticas sociais e desenvolvimento sustentável é essencial para melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais.

Segundo Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável deve atender ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras. Isso implica adotar critérios de sustentabilidade social e ambiental juntamente com a viabilidade econômica. Apenas soluções que integrem esses três elementos merecem ser denominadas de desenvolvimento sustentável.

Para que o desenvolvimento rural sustentável se concretize, é necessário assegurar a viabilidade econômica, permitindo que as famílias rurais satisfaçam suas necessidades básicas e tenham uma reserva financeira. Além disso, é crucial promover o equilíbrio social, proporcionando uma melhor qualidade de vida e incentivando o associativismo e a integração comunitária. Por fim, a preservação ambiental deve ser uma prioridade, garantindo que a exploração da terra seja feita de maneira responsável e consciente.

O PNAE, ao integrar essas dimensões de sustentabilidade, não só fortalece o desenvolvimento rural sustentável, mas também contribui para o cumprimento dos ODS. A continuidade e o aprimoramento dessas políticas são essenciais para assegurar um futuro em que o crescimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental andem de mãos dadas.

ANÁLISE SWOT

A matriz de análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é uma ferramenta estratégica amplamente utilizada por organizações em todo o mundo para avaliar tanto fatores internos



quanto externos que podem impactar seu desempenho e sua posição competitiva. Segundo Kotler e Armstrong (2018), essa metodologia permite uma avaliação sistemática dos pontos fortes e fracos da organização, bem como das oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo. No contexto internacional, a SWOT é reconhecida como uma abordagem essencial para o planejamento estratégico, pois oferece uma estrutura analítica que ajuda as empresas a identificar suas vantagens competitivas e a mitigar riscos potenciais (PORTER, 2019).

A análise SWOT também é valorizada como uma ferramenta crítica para orientar decisões estratégicas. Segundo Silva (2020), a SWOT permite às organizações identificarem áreas de excelência interna que podem ser alavancadas para obter vantagens competitivas sustentáveis, ao mesmo tempo em que ajuda a prever e responder a desafios externos. Isso é particularmente relevante em um ambiente de negócios dinâmico e diversificado como o brasileiro, onde as condições econômicas e regulatórias podem variar consideravelmente.

Pontos fortes representam os recursos e capacidades internas que distinguem uma organização no mercado. De acordo com Thompson (2017), entender e fortalecer esses pontos fortes é crucial para construir uma base sólida de competitividade. Exemplos comuns incluem marca forte, tecnologia patentada, eficiência operacional e talento humano qualificado. No entanto, é essencial que as instituições continuem a investir e aprimorar esses pontos fortes para manter sua vantagem competitiva no longo prazo.

Por outro lado, pontos fracos são áreas onde a organização enfrenta limitações ou deficiências internas. Mintzberg *et al.* (2018) afirmam que a identificação honesta e a mitigação desses pontos fracos são fundamentais para o crescimento sustentável. Isso pode envolver a melhoria de processos internos, o desenvolvimento de competências-chave e a redução de dependências críticas que possam representar vulnerabilidades.

As oportunidades são condições externas favoráveis que uma instituição pode aproveitar para expandir seus negócios. De acordo com Kotler e Keller (2016), a capacidade de identificar e capitalizar essas oportunidades pode resultar em crescimento significativo e ganhos de mercado. Exemplos incluem mudanças nas preferências do consumidor, avanços tecnológicos e novos mercados emergentes. Santos (2021) destaca que a análise SWOT é crucial para as empresas explorarem oportunidades únicas no mercado local e internacional, adaptando suas estratégias de acordo com as demandas cambiantes do mercado.

Contudo, as ameaças são fatores externos que podem representar riscos para a organização. Porter (2019) argumenta que antecipar e mitigar essas ameaças é essencial para a resiliência organizacional. Exemplos comuns incluem a entrada de novos concorrentes, mudanças na legislação e



instabilidade econômica global. No Brasil, onde as condições econômicas podem ser voláteis, é especialmente importante que as organizações estejam preparadas para enfrentar essas ameaças de maneira proativa.

A aplicação prática da análise SWOT envolve a formulação de estratégias baseadas nos insights gerados pela avaliação dos fatores internos e externos. De acordo com Thompson (2017), a análise SWOT não é apenas uma ferramenta de diagnóstico, mas também um guia para a ação estratégica. Isso requer liderança eficaz e uma cultura organizacional que valorize a adaptação e a inovação contínua (OLIVEIRA, 2022).

Internacionalmente, a análise SWOT é valorizada por sua capacidade de fornecer uma estrutura clara e acessível para as organizações navegarem em mercados globalizados e diversificados. Kotler e Armstrong (2018) observam que a SWOT é particularmente útil para instituições que precisam adaptar suas estratégias às nuances culturais e regulatórias de diferentes regiões. Isso permite uma resposta ágil às mudanças no ambiente de negócios global, mantendo ao tempo a consistência nos objetivos estratégicos globais da organização.

Em resumo, a análise SWOT continua a ser uma ferramenta poderosa para organizações brasileiras e internacionais que buscam fortalecer sua posição competitiva e promover um crescimento sustentável. Ao fornecer uma estrutura analítica robusta e orientada para a ação, essa metodologia permite às organizações adaptar suas estratégias de maneira eficaz, maximizando oportunidades e mitigando ameaças em um mercado global dinâmico.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem exploratória quali-quantitativa para investigar a implementação e os resultados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Marechal Cândido Rondon, com foco na interface entre o programa e a agricultura familiar. A metodologia é estruturada em três etapas principais: coleta de dados, análise de dados e interpretação dos resultados.

A coleta de dados se deu com dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de questionários semiestruturados aplicados a três grupos-alvo principais: gestores municipais, nutricionistas e agricultores familiares envolvidos no PNAE. Esses questionários foram desenhados para obter informações detalhadas sobre a implementação do programa, os desafios enfrentados, as estratégias de gestão e as percepções sobre os impactos socioeconômicos do PNAE.

Os dados primários foram coletos com:



- Gestores Municipais: Os questionários direcionados aos gestores municipais visaram compreender as políticas locais de implementação do PNAE, a alocação de recursos e as estratégias de supervisão e monitoramento do programa.
- Nutricionistas: Questionários aplicados aos nutricionistas focaram em aspectos relacionados à elaboração dos cardápios, critérios para seleção dos alimentos, e práticas de educação alimentar e nutricional.
- Agricultores Familiares: Para os agricultores familiares, os questionários buscaram avaliar os benefícios econômicos, as dificuldades de participação no PNAE, e as mudanças nas práticas agrícolas decorrentes da participação no programa.
- Legislação Pertinente: Análises foram feitas a partir das leis e resoluções que regulamentam o PNAE, incluindo a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 06/2020.

A pesquisa também utilizou dados secundários provenientes de diversas fontes:

- Sites Oficiais: Informações foram extraídas de websites do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC) e da prefeitura de Marechal Cândido Rondon.
- Literatura Científica: Artigos científicos e livros sobre o PNAE, agricultura familiar e políticas públicas de alimentação escolar foram revisados, garantindo uma base teórica robusta para a pesquisa.

A análise dos dados foi através da metodologia qualitativa e quantitativa. Os dados qualitativos, provenientes das respostas aos questionários semiestruturados, foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo. Esta técnica permite identificar categorias e padrões emergentes nas respostas, facilitando a compreensão das percepções dos diferentes atores envolvidos no PNAE. As respostas foram codificadas e organizadas em temas principais, como gestão do programa, impactos econômicos e desafios operacionais.

Os dados quantitativos foram analisados utilizando métodos estatísticos descritivos, como médias, frequências e percentuais. Essa análise proporcionou uma visão geral das características demográficas dos participantes, bem como das práticas e resultados associados ao PNAE. Os dados foram apresentados em tabelas e gráficos para facilitar a interpretação e comparação dos resultados.

A interpretação dos resultados seguiu uma abordagem integrativa, combinando as análises qualitativa e quantitativa para fornecer uma visão abrangente e detalhada da implementação do PNAE em Marechal Cândido Rondon. Os resultados foram discutidos à luz da literatura existente, destacando as contribuições do programa para o desenvolvimento socioeconômico local, bem como os desafios e oportunidades para aprimoramento, para tal, utilizou-se da análise SWOT.

A análise SWOT foi estruturada em quatro etapas principais:

- Identificação das Forças (Strengths): Avaliação dos pontos fortes internos do PNAE, como o aumento de famílias produtoras, diversificação de produtos, e a flexibilidade orçamentária municipal para se adequar aos cardápios estipulados pelas nutricionistas.



- Identificação das Fraquezas (Weaknesses): Identificação das limitações internas que afetam a execução do programa, como a falta de investimentos públicos para aumentar a produção agrícola familiar e o número insuficiente de nutricionistas para atender todas as escolas.
- Identificação das Oportunidades (Opportunities): Exploração das oportunidades externas que podem beneficiar o PNAE, incluindo a possibilidade de manter pequenos produtores ativos com renda suficiente e a abertura de novos mercados de comercialização para os produtos da agricultura familiar.
- Identificação das Ameaças (Threats): Análise das ameaças externas que podem prejudicar o programa, como a falta de infraestrutura da associação ACEMPRE, o individualismo de alguns produtores, a pressão do mercado externo e a qualidade inconsistente dos produtos devido à infraestrutura inadequada.

Com base na análise dos dados, foi elaborada uma matriz SWOT que sintetiza as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do PNAE. Esta matriz serviu como base para a discussão dos resultados e a formulação de recomendações para aprimorar a implementação e o impacto do programa.

Os resultados da análise SWOT foram validados por meio de um processo de triangulação, que envolveu a comparação das informações obtidas de diferentes fontes e a consulta a especialistas na área de alimentação escolar e agricultura familiar. Além disso, os achados foram discutidos com os stakeholders locais, incluindo gestores municipais, nutricionistas e agricultores, para assegurar a precisão e relevância das conclusões e recomendações apresentadas.

RESULTADOS

A pesquisa realizada revelou que, além das verbas fornecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), há um complemento financeiro tanto do estado quanto do município, conforme estipulado pela lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. No município de Marechal Cândido Rondon, esse complemento é crucial para a efetiva implementação do programa.

Atualmente, Marechal Cândido Rondon conta com 17 escolas municipais e 8 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), todos beneficiados por este complemento municipal. Além dessas instituições, o município também apoia a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma entidade filantrópica. Nesse caso, o município fornece os produtos alimentares e o cardápio, mas não há um acompanhamento contínuo, o que representa uma área potencial de melhoria.

Segundo dados coletados junto à nutricionista responsável pela compra dos produtos no município, o complemento municipal representa aproximadamente 60% a mais do valor fornecido pelo FNDE. Esse valor, no entanto, não é fixo, pois se ajusta ao cardápio estipulado pela nutricionista, que



segue as recomendações da resolução 06/2020 do FNDE, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional dos alunos. Marechal Cândido Rondon destaca-se em relação a outros municípios da região pela flexibilidade que permite a adequação do cardápio às necessidades específicas dos alunos.

O município conta atualmente com duas nutricionistas para atender todas as instituições mencionadas, embora a demanda exija pelo menos sete profissionais para garantir um acompanhamento contínuo e eficiente. Para suprir essa lacuna, foi criada uma rede de apoio que envolve ONGs e outras entidades, como o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Essas entidades realizam palestras para os alunos e cursos para os professores, que atuam como multiplicadores, incentivando a aceitação dos alimentos fornecidos e promovendo uma alimentação saudável, além de evitar desperdícios.

A pesquisa também revelou que a compra dos produtos alimentares é feita através da agricultura familiar, coordenada pela Associação Comunitária de Educação e Produção (ACEMPRE), que atualmente conta com 35 famílias fornecedoras de alimentos para o PNAE. A ACEMPRE é responsável por receber, classificar e entregar os produtos à prefeitura, que então distribui os alimentos semanalmente às escolas e CEMEI's. As hortaliças e frutas fornecidas possuem certificação orgânica, enquanto alguns produtos ainda estão em processo de transição agroecológica.

O PNAE tem desempenhado um papel fundamental na promoção da agricultura familiar no município. Desde seu início, o número de famílias participantes aumentou de 5 para 35, refletindo um crescimento significativo. As famílias investiram em infraestrutura e melhorias em suas propriedades para atender à demanda do programa, resultando em geração de emprego e renda, e na melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras e das crianças que consomem os alimentos nas escolas.

Além disso, o programa incentivou a diversificação dos produtos na agricultura familiar, incluindo Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), frutas nativas e alimentos tradicionais. A qualidade e segurança sanitária dos produtos são asseguradas através do acompanhamento técnico das famílias, manutenção das licenças sanitárias em dia e certificação orgânica conforme os padrões regulamentares.

No entanto, a pesquisa identificou algumas fraquezas, como a falta de investimento público para aumentar a produção das famílias agricultoras, mesmo havendo uma lei municipal que prevê subsídios, mas que não é implementada efetivamente. Além disso, o número limitado de nutricionistas representa um desafio significativo para o atendimento adequado das escolas.



As oportunidades identificadas incluem a manutenção de pequenos proprietários ativos no campo com renda suficiente, o que contribui para a sustentabilidade rural e para a segurança alimentar. O PNAE também abre possibilidades de comercialização dos produtos, oferecendo alimentos saudáveis aos estudantes de escolas públicas e instituições filantrópicas.

Por outro lado, as ameaças incluem a falta de infraestrutura física da ACEMPRE, que opera em um local cedido pela prefeitura sem manutenção adequada há muitos anos. Há também o individualismo de alguns produtores, a pressão do mercado externo, e a dificuldade na complementação municipal dos recursos do FNDE.

A análise SWOT resumida no quadro abaixo fornece uma visão sintética dos fatores internos e externos que afetam a implementação do PNAE em Marechal Cândido Rondon:

Quadro 1 - Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Aumento do número de famílias produtoras;- Diversificação de produtos;- Aumento de mercados de comercialização;- Recursos municipais adaptados ao cardápio estipulado pelas nutricionistas;- Cardápios elaborados conforme a resolução 06/2020 do FNDE.	<ul style="list-style-type: none">- Falta de investimento público para fomentar a produção;- Número limitado de nutricionistas;- Falta de orientação profissional para os agricultores para aumentar a produção diversificada de produtos.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Manutenção de pequenos proprietários ativos com renda suficiente;- Possibilidade de comercialização dos produtos;- Oferta de alimentos saudáveis aos estudantes.	<ul style="list-style-type: none">- Falta de infraestrutura física da ACEMPRE;- Individualismo de alguns produtores;- Pressão do mercado externo;- Falta de qualidade dos produtos devido à falta de infraestrutura para produção;- Dificuldade na complementação municipal aos recursos do FNDE.

Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados demonstram a importância do PNAE na promoção da segurança alimentar e nutricional, na valorização da agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável do município. No entanto, também destacam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de um maior investimento para superar as fraquezas e ameaças identificadas.

CONCLUSÃO

A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Marechal Cândido Rondon evidencia-se como uma iniciativa robusta e multifacetada, promovendo tanto a segurança alimentar dos estudantes quanto o desenvolvimento da agricultura familiar local. Esta pesquisa demonstrou que, além dos recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento



da Educação (FNDE), o município complementa significativamente o orçamento destinado à alimentação escolar, permitindo uma maior flexibilidade e adaptação às necessidades locais.

O destaque de Marechal Cândido Rondon na região deve-se, em parte, à capacidade de ajustar os cardápios às recomendações nutricionais da resolução 06/2020 do FNDE, garantindo assim a qualidade e a segurança dos alimentos oferecidos. A presença de duas nutricionistas, embora insuficiente para a demanda ideal, permite a criação de cardápios diversificados e nutritivos, baseados em produtos orgânicos e de transição agroecológica, fornecidos por 35 famílias agricultoras.

A participação ativa da ACEMPRE na cadeia de abastecimento do PNAE é fundamental. A associação não só coordena a compra e entrega dos produtos, como também atua no suporte técnico às famílias agricultoras, assegurando que os produtos entregues tenham qualidade e segurança sanitária. A diversificação dos produtos agrícolas, incluindo PANCs e frutas nativas, demonstra o compromisso do programa com a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade.

Entretanto, a pesquisa identificou desafios significativos. A falta de investimentos públicos para aumentar a produção agrícola e a insuficiência de nutricionistas são questões críticas que precisam ser abordadas. Embora exista uma legislação municipal prevendo subsídios para fomentar a produção agrícola, sua implementação efetiva ainda é um ponto frágil. A infraestrutura física da ACEMPRE também precisa de melhorias, visto que opera em um local cedido pela prefeitura sem manutenção adequada há anos.

A colaboração com ONGs e instituições como CAPA, IDR, ADEOP e UNIOESTE mostra-se essencial para a educação e conscientização dos alunos e professores sobre a importância da alimentação saudável. Esses parceiros desempenham um papel crucial na promoção da aceitação dos alimentos e na redução do desperdício, através de palestras e cursos de capacitação.

As oportunidades geradas pelo PNAE incluem a manutenção de pequenos agricultores no campo, com renda suficiente para sustentar suas famílias, e a possibilidade de expansão dos mercados de comercialização. A oferta de alimentos saudáveis aos estudantes de escolas públicas e instituições filantrópicas é um benefício adicional, contribuindo para a melhoria da saúde e do desempenho escolar dos alunos.

No entanto, as ameaças não podem ser ignoradas. A falta de infraestrutura física adequada, o individualismo de alguns produtores, a pressão do mercado externo e a qualidade dos produtos, afetada pela insuficiente infraestrutura de produção, são desafios que requerem atenção contínua. A dificuldade na complementação municipal dos recursos do FNDE também representa uma barreira significativa para a expansão e eficácia do programa.



Para superar essas adversidades, é crucial a implementação de políticas públicas mais eficazes e um maior investimento em infraestrutura e recursos humanos. A contratação de mais nutricionistas e o fortalecimento do apoio técnico às famílias agricultoras são passos essenciais. Além disso, a melhoria das instalações físicas da ACEMPRE poderia aumentar a eficiência na distribuição dos alimentos e garantir uma melhor qualidade dos produtos.

A diversificação dos produtos agrícolas e a inclusão de alimentos tradicionais e nativos no cardápio escolar são estratégias que devem ser continuadas e ampliadas. Essas práticas não só promovem a sustentabilidade ambiental, como também valorizam a cultura alimentar local e regional, proporcionando uma alimentação mais rica e variada para os estudantes.

A análise SWOT realizada oferece uma visão clara dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do programa. Esse diagnóstico é essencial para o planejamento de ações futuras, permitindo a otimização dos recursos disponíveis e a mitigação dos riscos identificados. A flexibilidade e a capacidade de adaptação demonstradas pelo município de Marechal Cândido Rondon são indicativos de que, com os investimentos e políticas adequados, o PNAE pode alcançar resultados ainda mais expressivos.

Em resumo, a pesquisa confirma que o PNAE em Marechal Cândido Rondon é um exemplo bem-sucedido de como políticas públicas bem implementadas podem promover a segurança alimentar, o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida de estudantes e agricultores. No entanto, para garantir a continuidade e a expansão desses benefícios, é necessário enfrentar os desafios identificados com estratégias eficazes e sustentáveis. Com um maior compromisso das autoridades e da comunidade, o PNAE pode continuar a ser um pilar importante para a educação e a saúde das futuras gerações.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, surgem várias possibilidades para pesquisas futuras que podem aprofundar a compreensão e a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Marechal Cândido Rondon. Investigações adicionais poderiam explorar o impacto a longo prazo da alimentação escolar na saúde e no desempenho acadêmico dos estudantes, bem como a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras fornecedoras. Estudos comparativos com outros municípios que adotam práticas diferentes poderiam fornecer insights valiosos sobre estratégias eficazes e áreas de melhoria. Além disso, pesquisas voltadas para a avaliação do impacto das intervenções educativas e da rede de colaboração entre ONGs e instituições educacionais na aceitação dos alimentos e na redução do desperdício alimentar seriam benéficas. Essas abordagens multidimensionais podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais integradas e eficientes, ampliando os benefícios do PNAE para toda a comunidade.



REFERÊNCIAS

ARANTES, E. C.; STADLER, A.; MAIOLI, M. R. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21**. Curitiba: Editora do IFPR, 2012.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20/06/2024.

BROWN, P.; GARCÍA, M.; SILVA, L. **Políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. São Paulo: Editora X, 2021.

BU, A. L. B. *et al.* “Autenticidade dos alimentos orgânicos no amazonas: o que dizem as informações públicas?” **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 46, 2023.

CABRAL, R.; GEHRE, T. (orgs). **Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.

CONCEIÇÃO, J. **Histórico da alimentação escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: FNDE, 2023. Disponível em: <www.fnde.gov.br> Acesso em: 18/03/2024.

GARCIA, J. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar e nutricional em Marechal Cândido Rondon - PR** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2018.

HANSEL, T. F.; BERTOLINI, G. R. F.; RIBEIRO, I. “A relação da atitude na intenção comportamental: estudo de caso na mesorregião de Toledo no paraná”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

JONES, M. **A descentralização do PNAE e seus desafios**. Rio de Janeiro: Editora GHI, 2021.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Principles of Marketing**. London: Pearson Education, 2018.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Marketing Management**. London: Pearson Education, 2016.

KROTH, D. C. *et al.* “Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 10, 2020.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Lei n. 4904, de 16 de dezembro de 2016**. Marechal Cândido Rondon: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 20/02/2024.

MEC - Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 1979. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 24/03/2024.

MEC - Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, 1979. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 24/03/2024.



MINTZBERG, H. *et al.* **Strategy Safari: A Guided Tour Through The Wilds of Strategic Management**. Cham: Simon and Schuster, 2018.

OLIVEIRA, R. **Liderança Estratégica nas Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PORTER, M. E. **Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. New York: Free Press, 2019.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

SACHS, W. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

SALUTO, D. R.; RANGEL, T. L. V. “O programa de merenda escolar e a promoção do direito à alimentação no cenário da pandemia da covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 25, 2022.

SANTOS, L. **Gestão Estratégica de Empresas no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2021.

SCHNEIDER, M. J. **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal Paraná** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2024.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, F. C. *et al.* “A análise da comercialização institucional da agricultura familiar via PNAE no Território Rural Médio Araguaia, Goiás: possibilidades e limites da abordagem da nova economia institucional”. **Revista Interações**, vol. 21, n. 4, 2020.

SILVA, M.; JOHNSON, D. **Segurança alimentar e nutricional no Brasil**. São Paulo: Editora Y, 2022.

SMITH, J. *et al.* **A história da alimentação escolar no Brasil**. São Paulo: Editora STU, 2020.

THOMPSON, A. A. **Crafting and Executing Strategy: Concepts and Cases**. New York: McGraw-Hill Education, 2017.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER S. “Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar”. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 20, n. 1, 2012.

UNITED NATIONS. **United Nations Environment Programme**. New York: United Nations, 1972. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 24/02/2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 54 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima